

FONTE : DESP

CLASS. : 243

DATA : 10.6.84

PG. : _____

24 — O ESTADO DE S. PAULO

10.06.84

Garimpo inicia trégua e espera o ato do governo

LÚCIO FLÁVIO PINTO
Enviado especial

A região de Serra Pelada vive, desde ontem, um período de trégua, que terminará amanhã. Se a decisão que o presidente da República anunciar atender às expectativas, os garimpeiros prometem suspender todos os atos de hostilidade e esperar até que o serviço de rebalçamento no garimpo lhes permita voltar a trabalhar, em 45 dias. Mas se a decisão presidencial não for satisfatória, eles poderão realizar novas manifestações de protesto, talvez mais violentas do que as que culminaram com o fechamento de estradas, depredações e incêndios.

Os manifestantes que estiveram bem perto de praticar o ato mais usado, a invasão da sede do projeto ferro e a destruição do aeroporto de Carajás, aceitaram retroceder e suspender a mobilização em troca da garantia, dada pelo deputado federal (PDS-PA) Sebastião Curió, de que o presidente João Figueiredo sancionará amanhã a lei que reabre Serra Pelada e entrega à cooperativa dos próprios garimpeiros a administração da área.

Um detalhe decisivo que determinará o comportamento dos garimpeiros serão as características da sanção presidencial. Fontes do governo garantiam que o presidente vetará as duas alterações incluídas no projeto original que enviou ao Congresso. Com base em um parecer do Ministério das Minas e Energia, ele não concordaria que a cooperativa dos garimpeiros substituisse o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) na coordenação de Serra Pelada. Também não aprovaria que fosse revista a decisão de indenizar a Companhia Vale do Rio Doce, que não poderá exercer os seus direitos sobre a jazida de ouro porque o governo autorizou a continuação da lavra manual.

O deputado Sebastião Curió, ex-coordenador do garimpo, após vários contatos com o chefe da Casa Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, e com o líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, comunicou aos garimpeiros que a sanção virá sem veto. Com essa promessa, ele foi a todos os locais de concentração de garimpeiros revoltados, ao longo da Belém—Brasília e na estrada de acesso à serra dos Carajás, e conseguiu desfazer as barricadas.

Muitos garimpeiros voltaram a Serra Pelada, Marabá e Imperatriz, enquanto outros permaneceram nas várias pequenas cidades espalhadas pela área, confiantes nas palavras de Curió. Antes que ele surgisse com uma garantia concreta, sua presença esteve ameaçada: muitos garimpeiros diziam que o expulsariam da região se ele viesse apenas pedir mais tempo.

O anúncio feito pelo ex-agente dos serviços de segurança e informações, que durante dois anos comandou Serra Pelada, era a de que o presidente acabaria aceitando as duas emendas por ele mesmo inspiradas durante a tramitação do projeto de lei do Executivo pela Câmara. Através de Leitão de Abreu e Marchezan, Curió esperava poder convencer Figueiredo sobre a necessidade de não fazer cortes documento. Ontem, o chefe da Casa Civil ficou de conversar com o presidente, na Granja do Torto, sobre a questão.

Figueiredo, que rompeu publicamente as excelentes relações mantidas até recentemente com Curió, foi convencido da inconstitucionalidade e inconveniência das alterações. Elas abririam um precedente perigoso no Código de Mineração, desestimulando os investimentos empresariais, segundo a opinião do Ministério das Minas e Energia. Mas Curió, de sua parte, teria dois argumentos poderosos.

O primeiro foi a extensão e profundidade dos atos praticados na quinta e na sexta-feira. Além de parar uma rodovia federal de importância estratégica nas ligações entre o Planalto Central e a Amazônia, os garimpeiros quase destruíram algumas das instalações básicas do maior empreendimento mineral da história do País, o de Carajás, 500 quilômetros a sudoeste de Belém.

Identificando a Companhia Vale do Rio Doce como a responsável por seus problemas, graças a uma poderosa manobra de bastidores que estaria fazendo, os garimpeiros reunidos em Parauapebas, um povoado de seis mil habitantes que surgiu no pé da serra há quatro anos, como subproduto da "corrida" ao ouro, pretendiam incendiar o aeroporto e as instalações da Companhia. Teriam conseguido esse objetivo se prosseguissem o avanço pela estrada, após incendiarem três ônibus, cinco carros, dois acampamentos de madeira e dois prédios de alvenaria de um núcleo urbano que a Vale construiu e

transferiu para a Prefeitura de Marabá há três meses.

Quando tentaram retomar a invasão, após a primeira hesitação, os garimpeiros tiveram diante de si a tropa da Polícia Militar. O major Carlos Alberto Alcolumbre da Silva, de 31 anos, comandante de um destacamento, diz que só não houve o pior porque ele se ofereceu para dialogar com os amotinados. A versão apresentada ontem pelo major sobre o episódio era um pouco confusa.

Desarmado, ele foi até os garimpeiros e conseguiu impedi-los de executar seus planos. Negando ter sido sequestrado e defendendo os "verdadeiros garimpeiros", ele diz que os atos de violência e vandalismo foram praticados por jovens, de 12 a 14 anos, que moram em Parauapebas, insuflados por agitadores, desordeiros e pistoleiros que perambulam pela área. Contou que 500 garimpeiros prometeram protegê-lo desse grupo e dar-lhe fuga, mas que ele decidiu ficar porque estava chegando muito mais gente, "e, se eles quisessem subir a serra, nós não iríamos conseguir segurá-los".

A própria Polícia Militar no entanto, agiu sempre considerando o oficial como refém. O subcomandante da operação, major Ribamar, tentou negociar a soltura de Alcolumbre e muitos soldados estavam irritados e tensos com a informação de que ele havia sido espancado e mantido com revólver na cabeça. Por isso, foi organizada uma expedição para libertá-lo, na noite de sexta-feira. Mas o major já estava solto, graças à ajuda de dois garimpeiros.

Com o agravamento da situação, os administradores e os líderes de Serra Pelada foram a Parauapebas e conseguiram desfazer rapidamente os piquetes. Atribuíram os "excessos" a desordeiros, agitadores e "pessoas infiltradas", ressaltando que o protesto dos garimpeiros sempre foi pacífico. Mas o próprio major Alcolumbre declarava, ontem, que, se a lei não for integralmente sancionada pelo presidente da República, os garimpeiros voltarão a tentar invadir a serra: "Se vierem todos eles, nem toda a tropa da Polícia Militar conseguirá impedir que destruam tudo", profetizou o oficial.

Os garimpeiros, segundo seus porta-vozes, não querem apenas poder continuar em Serra Pelada: exigem também dirigi-la. Se não conseguirem isso, a trégua terminará amanhã. E nem mesmo a liderança do deputado Curió escapará.